

COISAS DA POLÍTICA

■ DORA KRAMER

O preço das ausências

De fora parece espantoso, mas de dentro pode ser que haja – e certamente deve haver – razões muito fortes para que o presidente Fernando Henrique Cardoso se disponha a pagar qualquer preço para manter Paulo Maluf de fora da disputa presidencial. A pesquisa Datafolha indicando 32% das preferências para FH e 20% para Maluf pode ser um desses motivos. O fato de o ex-prefeito contar com mais de 40% de apoio popular no maior colégio eleitoral do país também sempre pode servir como alegação.

Nada disso, no entanto, ameniza a evidência de que a fatura está saindo caríssima. Além de se indispor com os amigos – não apenas os que são governadores, mas muitos da área federal –, Fernando Henrique não parece constrangido em se indispor também com a lógica dos atos governamentais.

Mexer no pacote fiscal para atender a Prefeitura de São Paulo, realmente, é uma demonstração de que o presidente não medirá mesmo esforços para afastar do caminho os que considera eleitoralmente inconvenientes.

Para conceder o empréstimo de R\$ 330 milhões – dinheiro sem carimbo de destinação – que a prefeitura paulistana pede, duas medidas provisórias do pacote terão de ser alteradas. Uma que limita a concessão das antecipações de receitas orçamentárias e outra que restringe o endividamento de estados e municípios.

Da mesma forma, o governo federal arrumou jeito de beneficiar o Paraná depois que o governador Jaime Lerner entrou para o PFL. E o fez incentivado pelo presidente numa operação acompanhada de pertíssimo pelo ministro Sérgio Motta. Para deixar Lerner de fora da disputa presidencial e viabilizar sua entrada no PFL, FH fez com que o PSDB assegurasse ao governador apoio na luta pela reeleição estadual.

Pelas palavras do próprio Paulo Maluf, foi o presidente em pessoa quem com ele firmou um acordo pelo qual concorreria ao governo e não à presidência em troca do apoio do PFL em São Paulo. No mesmo dia em que discorreu longamente sobre esse acordo, Maluf também falou sobre o empréstimo da prefeitura.

Reagiu com veemência à hipótese de o dinheiro não ser liberado e considerou que embora, segundo ele, não tenha tocado nesse assunto com o presidente, a concessão do empréstimo seria condição implícita à nova parceria. “Se eu te convido para jantar da minha casa, não posso te servir arsênico”, comparava. E ainda assegurava que cumpriria à risca sua parte no compromisso e que, portanto, esperava a contrapartida.

FH parece disposto a pagar qualquer preço para deixar Maluf de fora da disputa presidencial

Pois então, se as coisas são assim, não se pode tirar a razão de Maluf nem de Lerner de cobrar a conta. Foi-lhes concedida liberdade para isso. É o chamado jogo jogado.

Agora é ver se o custo de fato compensará.

Aos arrufos tucanos sempre é possível resistir. Afinal de contas, o PSDB pode brigar, esperar, se jogar no chão e ficar roxo de ódio, mas, no limite, o partido precisará ser maluco de rasgar dinheiro para abrir mão de ter o presidente da República por mais quatro anos. Por ali, portanto, dificilmente ocorrerão rompimentos coletivos, embora o desconforto das relações mantenha-se em proporções oceânicas. O que é ruim para ambos, presidente e partido. Mas se vai levando.

No caso do empréstimo a Pitta, o PSDB ainda tem uma nuance para administrar. Não pode também ficar bombardeando demais a liberação do dinheiro, senão Maluf reagirá denunciando os tucanos por estarem trabalhando contra a cidade de São Paulo e seus habitantes.

Com Mário Covas, a questão é mais delicada. Além da amizade entre os dois, há ancestrais filigranas de tucanos grandes envolvidas na história e o fato de que o governador realmente comportou-se – pelo menos ao que se saiba, e a área econômica federal nunca contestou isso – dentro de um figurino ajustadíssimo em termos administrativos. Não é por outro motivo que Covas considera que não recebe um tratamento igualitário, no que diz respeito aos repasses de verbas federais, em relação a Celso Pitta sob o patrocínio de Maluf.

Agora aparece esse problema do PSDB paulista, que quer formalizar seu protesto contra o tratamento que o estado vem recebendo, em carta do presidente regional do partido para o presidente da República. Diz-se que com o incentivo de Covas. Obviamente, o Palácio dos Bandeirantes nega esse patrocínio por não fazer o estilo de Covas lançar mão de intermediários.

Quando briga, briga de frente e entra sozinho no ringue. Faz sentido e é bastante provável mesmo que não parta do governador a iniciativa de acirrar uma briga do partido contra o presidente. O mesmo já não se pode dizer de sua consideração pela equipe econômica, incluindo aí o Banco Central.

Agora, se é possível crer mesmo que não tenha cortado a lenha para jogar nessa fogueira, da mesma forma não é tão fácil acreditar que acione batalhões para apagá-la.